

# Reforma agrária provoca polêmica

Subcomissão está dividida e não agrada nem UDR nem a Contag

JOÃO CARLOS HENRIQUES  
Da Editoria de Nacional

A Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária está radicalmente dividida: 11 constituintes são progressistas, 11 conservadores e dois passíveis de serem cooptados tanto pela esquerda como pela direita. "Existe uma bipolaridade e não vai haver consenso", afirmou ao CORREIO BRAZILIENSE o relator da subcomissão, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), ministro da Agricultura no governo João Goulart.

Instalada no dia 7 de abril, a subcomissão ouviu entidades representativas do setor: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira e Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de autoridades, como o presidente do Inca, Ruben Igenfritz, e o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira.

Na segunda-feira da semana passada, Oswaldo Lima Filho apresentou o seu anteprojeto. A polêmica aumentou entre parlamentares que integram a subcomissão e entre as entidades que apoiam e criticam a reforma agrária. Considerado pouco avançado pela Contag, o anteprojeto foi duramente criticado pelo presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado que o classificou de "indecoroso e arbitrário".

As entidades que defendem a reforma agrária e o próprio ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, admitem que o anteprojeto de Oswaldo Lima Filho traz avanços em relação a atual legislação. Dentre estes avanços, destacam o da fixação da área máxima das propriedades rurais e o da emissão de posse imediata, que não permite o proprietário de imóvel desapropriado por interesse social contestar judicialmente a desapropriação, mas somente o valor da indenização.

As entidades que apoiam a reforma reivindicam, no entanto, que a fixação do tamanho da propriedade seja de 60 módulos regionais e não de 100 módulos, como prevê o anteprojeto. Já a

UDR é contrária à fixação de um limite máximo para os imóveis rurais.

O ministro Dante de Oliveira lembra, porém, que em 1964 o então presidente Castelo Branco fixara o limite de área máxima das propriedades rurais no Estatuto da Terra. "O limite ainda em vigor é de 600 módulos regionais e o que queremos é diminuir este limite", explicou Dante.

Se o anteprojeto de Lima Filho for aprovado, a extensão máxima de uma propriedade será de 11 mil hectares, já que o maior módulo rural do País é de 110 hectares, na região do Pantanal mato-grossense.

Atualmente existem 162 propriedades com área superior a 100 mil hectares e pelo menos seis imóveis com mais de um milhão de hectares. Isto sem contar com os proprietários de áreas descontínuas. A Manasa Madeireira Nacional S/A, por exemplo, detém o maior imóvel rural do País — a fazenda Rio do Sol — com 1,3 milhão de hectares e, em áreas descontínuas, a Manasa tem mais de quatro milhões de hectares (área superior à superfície da Bélgica).

As propriedades com área superior ao limite máximo da lei estarão passíveis de ter o excedente desapropriado. O anteprojeto exclui de desapropriação os imóveis que não ultrapassem a três módulos regionais.

Uma vez decretada a desapropriação, a União poderá ser limitada judicialmente na posse do imóvel, mediante depósito do valor declarado pelo proprietário no pagamento do imposto territorial rural.

O anteprojeto não permite que empresas estrangeiras sejam proprietárias de área superior a três módulos rurais.

A criação do Fundo Nacional da Reforma Agrária também consta da proposta do relator. Sendo aprovada, terão que ser destinados, como dotação mínima do Orçamento da União, cinco por cento da receita prevista.

Para o deputado Oswaldo Lima Filho, "existe no Brasil uma profunda injustiça social fundada numa estrutura anacrônica, na qual 80 por cento da área agricultável está nas mãos de 20 por cento de proprietários".

Ele explicou que os constituintes progressistas que integram a subcomissão sustentam que deve haver uma maior justiça nesta estrutura, permitindo o assentamento de sete milhões de trabalhadores sem terra.

Os conservadores, ao contrário, defendem a modernização capitalista do campo, através do uso máximo de mecanização e de tecnologia importada, buscando uma agricultura de exportação ou de produção de energia, que dispensa mão-de-obra. Como exemplo, Lima Filho cita as culturas de soja, suco de laranja e cana-de-açúcar para a produção de álcool.

Os progressistas querem que essa agricultura de exportação conviva com a exploração familiar voltada para a produção de alimentos para o mercado interno (arroz, feijão, milho, mandioca etc) e para pecuária de pequeno porte.

Além do limite máximo da área do imóvel, Oswaldo Lima Filho explica que progressista e conservadores estão radicalmente divididos quanto à desapropriação de efeitos imediatos. Atualmente o proprietário descontente com a desapropriação de seu imóvel pode recorrer judicialmente em diversas instâncias, chegando ao Supremo Tribunal Federal. "Isto atrasa a reforma agrária", afirmou o relator.

Os constituintes progressistas da Subcomissão de Reforma Agrária são: Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), Vicente Bogo (PMDB/RS), Raquel Capiberibe (PMDB/AP), Benedito Monteiro (PMDB/PA), Valter Pereira (PMDB/MS), Fernando Santana (PCB/BA), Aldo Arantes (PC do B/GO), Amaury Muller (PDT/RS), Ivo Mainardi (PMDB/RS), Irma Passoni (PT/SP) e Percival Muniz (PMDB/MT).

Os conservadores são: Edson Lobão (PFL/MA), que é o presidente da subcomissão, Saldanha Dersi (PMDB/MS), Rosa Prata (PMDB/MG), Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), José Egreja (PTB/SP), Jorge Viana (PMDB/BA), Virgílio Galassi (PDS/MG), Maluly Neto (PFL/SP), Alysso Paulinelli (PFL/MG), Mauro Borges (PDC/GO) e Victor Fontana (PFL/SC), este último um pouco receptivo a algumas teses dos progressistas.

## Deputado denuncia bloco estatizante

"Se for por este caminho, o País vai ficar inadministrável". A constatação é do deputado Gilson Machado (PFL-PE), após a leitura de alguns dos 24 relatórios das Subcomissões temáticas. Para ele, o resultado dos pareceres indica um "trabalho orquestrado por parte dos relatores do PMDB, que representam uma ala com idéias estatizantes" e que não está considerando os posicionamentos dos diversos membros de cada Subcomissão.

"Um relator deveria expressar no seu relatório as tendências dos constituintes que fazem o plenário da Subcomissão", ressaltou ele. Por este princípio não ter sido obedecido, o deputado acha que os relatórios não representam um consenso e, principalmente, apresentam uma semelhança "que leva a crer que já estavam preparados muito antes de serem apresentados pelos relatores". Algumas "surpresas" e muitos pontos em comum nos vários textos são apontados por Gilson Machado como provas de suas suspeitas.

O deputado encontrou nos relatórios das Subcomissões dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária; de

Princípios Gerais, de Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; da Questão Urbana e Transporte, e do Sistema Financeiro termos semelhantes como "função social", "obrigação social" e "atividade social", de empresas privadas, bancos e indústrias.

Ele critica também o texto do relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA), da Subcomissão de Princípios Gerais, da qual é membro. "por este relatório", diz ele, "tudo passa a ser do Estado. Qualquer água, qualquer acude ou poço é concessão do Estado". Acha ainda difícil o País sobreviver sob as normas constitucionais que sugere o relatório de Mário Lima (PMDB-BA), da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, em que vários artigos "depõem contra o trabalhador e não a favor", lembra ele. Como exemplo, cita a "proposta demagógica" que concede 180 dias de licença de gravidez. "Isto, como norma, não favorece em nada à mulher. E uma regra contrária a ela, pois quem vai querer empregar uma mulher sabendo que ela pode engravidar e ficar seis meses em casa?", questiona.

## ORDEM ECONÔMICA Conservadores podem derrubar os relatórios

Cerca de 300 emendas constitucionais haviam sido entregues ontem, até as 19h30, na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado na Economia, propondo modificações no relatório do deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA). A segunda reunião convocada para ontem pelo presidente da subcomissão, deputado Delfim Netto (PDS-SP), não teve quorum, aumentando a expectativa dos constituintes de que os parlamentares mais conservadores irão apresentar um substitutivo para "derrubar" o do relator Virgildásio Senna.

Na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, a situação é idêntica. Os constituintes considerados de direita, liderados pelos deputados Alysso Paulinelli (PMDB-MG) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), também irão apresentar um substitutivo, alterando cada artigo do anteprojeto elaborado pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE). O presidente da Subcomissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que a secretaria-geral da Assembleia Nacional Constituinte permitiu que fossem apresentados os substitutivos. Porém, ainda não está decidido se eles poderão ser votados. A decisão final será dada pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O constituinte Alysso Paulinelli, da Subcomissão da Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, garantiu que o relatório elaborado por Oswaldo Lima Filho será rejeitado, e em seu lugar será apresentado um substitutivo. "contendo as posições discutidas na subcomissão e que tiveram a aprovação da maioria". Segundo Paulinelli, ex-ministro da Agricultura do governo Geisel, "o anteprojeto de Lima Filho não foi fiel às discussões realizadas no plenário da subcomissão".

Os parlamentares que representam as entidades dos trabalhadores rurais também não estão satisfeitos com o trabalho apresentado na subcomissão. Durante a reunião de ontem à tarde, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, distribuiu aos constituintes e à imprensa um farto material denunciando que, de acordo com as estatísticas do Inca, apenas 6.880 imóveis rurais têm área superior a 100 módulos rurais. Isto significa que, se for aprovado o limite máximo para as propriedades em 100 módulos rurais, conforme proposta do rela-

tor Oswaldo Lima Filho, as desapropriações só atingirão 0,15% do total dos imóveis rurais cadastrados pelo Inca em todo o País.

O documento da Contag afirma também que esses proprietários, dos 6.880 imóveis com mais de 100 módulos rurais controlam 136,5 milhões de hectares, ou seja, 23% do total das terras cadastradas oficialmente. E, "apesar de possuírem tanta terra, empregam ou subempregam apenas 2% do pessoal ocupado no campo". Já que a maioria das propriedades é destinada à pecuária extensiva.

Até o final da tarde de ontem cerca de 200 emendas constitucionais haviam sido entregues à Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária Na subcomissão da Questão Urbana e Transportes, o número de sugestões apresentadas não chegava a 100.

### REAÇÃO AOS SUBSTITUTIVOS

A estratégia dos conservadores de se apresentar substitutivos aos relatórios irá esbarrar na reação de alguns constituintes de esquerda que integram a Comissão da Ordem Econômica. O relator da Comissão, senador Severo Gomes, não acredita na apresentação de substitutivos que, em sua opinião, "não são permitidos pelo Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte".

O relator da Subcomissão de Princípios Gerais, e Intervenção do Estado na Economia deputado Virgildásio Senna, acha que os constituintes descontentes com as posições defendidas em seu anteprojeto não irão apresentar um substitutivo ao seu relatório. Disse que as emendas constitucionais serão analisadas, individualmente, a fim de se tirar uma média daquelas convergentes e das divergentes. Na sexta-feira, pela manhã, começaram as votações que deverão prolongar-se durante todo o dia. Vários constituintes membros da subcomissão de Princípios Gerais mostravam-se preocupados com o "desaparecimento" do senador Roberto Campos (PDS-MT), incansável defensor da extinção da reserva de mercado, especialmente no setor de informática, que há duas semanas encontra-se na Europa. Num roda de deputados, o senador Severo Gomes, também intrigado com o sumiço de Roberto Campos, disse em tom de brincadeira: "Descobri o objetivo da viagem de Roberto Campos. Foi consultar suas bases".

## Constituinte pede a cabeça de Cabral

Da mesma forma como foi eleito relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, o que significa ter sido escolhido para escrever a nova Constituição Federal, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) pode ser destituído do cargo. Isso porque "teve a ousadia e a irresponsabilidade" de dizer que não levará em conta os relatórios das subcomissões, pois eles não refletiriam a opinião da maioria dos constituintes.

O lembrete de que a Constituinte pode destituir-lo e a reação indignada são do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). "A única missão dele é sistematizar", frisou, enquanto Percival Muniz (PMDB-MT) adiantava que "Bernardo

Cabral precisa saber que a Assembleia Nacional Constituinte não é uma propriedade pessoal dele". Mais duro, Muniz acrescentou que as declarações do relator o deixam apreensivo em relação a rumores de que grupos econômicos estariam "comprando relatores".

Percival Muniz propôs que os partidos façam uma reunião com o deputado Bernardo Cabral, para cobrar explicações sobre a entrevista em que o relator previu para a Constituição um rumo diferente do que vem sendo indicado pelas subcomissões. Se os esclarecimentos não forem satisfatórios, ressaltou, "devemos destituir-lo enquanto é tempo e elegermos outro para o cargo".

## Territórios querem fatia de impostos

O senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA) apresentou duas emendas ao relatório da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas dispoendo sobre a distribuição de recursos oriundos da arrecadação de impostos nos territórios federais. A medida foi tomada a pedido do prefeito de Macapá (AP), Raimundo Azevedo, que ficou surpreso pelo fato do anteprojeto da subcomissão excluir os territórios da distribuição das receitas provenientes dos impostos de competência estadual arrecadados neles — como o ICM, entre outros —, sendo destinados totalmente à União.

Na sua proposta, Jutahy defendeu que o produto desses impostos sejam repassados aos respectivos municípios em que foram arrecadados, argumentando que "não é justo que a condição de território federal determine a evasão de receita tributária da área onde ocorre o fato gerador".

Em uma das emendas, o senador propôs que o Governo Federal implemente programas de desenvolvimento nos territórios e os inclua nos planos nacionais de desenvolvimento, planos plurianuais de investimento e Orçamento Geral da União, em valores iguais aos aplicados nos Estados, acabando assim com a "discriminação